



PROPOSTA

ASSUNTO: Delegação de competências no Presidente da Câmara.

Estabelece o n.º 1 do artigo 34º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara municipal pode delegar as suas competências no respetivo presidente, com exceção das previstas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa), ccc), do n.º 1 do artigo 33º e na alínea a) do artigo 39º, do citado diploma legal, com possibilidade de subdelegar em qualquer dos vereadores.

Considerando o presente preceito legal a Câmara Municipal propõe-se a delegação no Presidente da Câmara Municipal das seguintes competências:

Artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

n.º 1	Al)	Competências
	x)	Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
	y)	Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
	bb)	Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
	cc)	Alienar bens móveis;
	dd)	Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
	ff)	Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
	gg)	Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
	ii)	Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
	jj)	Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
	nn)	Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
	ww)	Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
	zz)	Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

Em matéria de urbanização e edificação, a Câmara Municipal propõe-se a delegação no Presidente da Câmara as seguintes competências:

Decreto-Lei n.º 136/214, de 09 de setembro e ulteriores alterações

Acto administrativo	Matéria	Art.º	Competência própria	Delegação Presidente da Câmara
Deliberação de deferimento/indeferimento da licença administrativa (art. 4º/2)	Operações de loteamento (al. a)	Art.º 5.º/1	Câmara Municipal	Presidente da Câmara
	Obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento (al. b)			
	Obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor (al. c)			
	As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação (al. d)			
	Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos (al. e)			
	As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução (al. f)			
	As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial (al. h)			
	Operações urbanísticas das quais resulte a remodelação de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros (al. i)			
	As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma (al. j)			
Aprovação de Informação prévia	Informação prévia (art.º 14.º)	art.º 5º/4	Câmara Municipal	Presidente da Câmara
Concessão de licença especial para obras	Concessão de licença especial para obras inacabadas (art.º 88 e art.º 27.º)	Art.º 5.º/1	Câmara Municipal	Presidente da Câmara
Taxas	Liquidação de taxas	Art.º 117º n.º 2	Câmara Municipal	Presidente da Câmara

Das decisões tomadas pelo presidente da câmara ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a câmara municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa.

O recurso para a câmara municipal pode ter por fundamento a ilegalidade ou inconveniência da decisão e apreciado no prazo máximo de 30 dias.

Paços do Município de Sernancelhe, 7 de outubro de

O Presidente da Câmara



(Carlos Silva Santiago)